



## REFLEXÕES ACERCA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO “O VENENO ESTÁ NA MESA 2”

Felipe Alexandre de Lima<sup>1</sup>  
Fábio Freitas Schilling Marquesan<sup>2</sup>  
Fernando Luiz Emerenciano Viana<sup>3</sup>

DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2018.v5n2.156

### RESUMO<sup>4</sup>

O agronegócio alçou o Brasil ao patamar dos maiores produtores mundiais de *commodities* e agroenergia. Além disso, responde por praticamente um quarto de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O desenvolvimento desse setor, todavia, não escapa à crítica de ativistas, consumidores e coletivos que contestam a predominância de uma agricultura intensiva em insumos químicos, máquinas e organismos geneticamente modificados. Do exposto, apreciamos o documentário “O Veneno está na Mesa 2” à luz das questões socioambientais intensificadas por uma lógica que enaltece a acumulação privada de capital. Para tanto, utilizamos a abordagem AVO (dados audiovisuais como objeto de análise) na análise dos relatos, das percepções e das experiências dos sujeitos abordados nesse documentário. As reflexões e críticas suscitadas revelaram as categorias “exclusão à justiça e à equidade”, “lógica reprodutiva de injustiças”, “tensão social e ambiental” e “simbiose humana e ambiental”. Assim, depreendemos que os movimentos sociais contrários ao agronegócio lutam por um sistema agroalimentar alternativo, protetor da saúde e da vida.

**Palavras-Chave:** Agronegócio; Agroecologia; Métodos visuais; Análise de documentário.

### REFLEXIONES ACERCA DEL AGRONEGOCIO BRASILEÑO A PARTIR DEL DOCUMENTAL “EL VENENO ESTÁ SOBRE LA MESA 2”

### RESUMEN

El agronegocio alzó a Brasil al nivel de los mayores productores mundiales de *commodities* y agroenergia. Además, responde por prácticamente una cuarta parte de todo el Producto

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR) | e-mail: [felipelima.unifor@gmail.com](mailto:felipelima.unifor@gmail.com) marquesan@unifor.br

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR) | e-mail: [marquesan@unifor.br](mailto:marquesan@unifor.br)

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR) | e-mail: [fernandoviana@unifor.br](mailto:fernandoviana@unifor.br)

<sup>4</sup>Agradecimentos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Interno Bruto (PIB) brasileiro. El desarrollo de este sector, sin embargo, no escapa a la crítica de activistas, consumidores y colectivos que cuestionan el predominio de una agricultura intensiva en insumos químicos, máquinas y organismos genéticamente modificados. De lo expuesto, apreciamos el documental “El Veneno está sobre la Mesa 2” a la luz de las cuestiones socio ambientales intensificadas por una lógica que enaltece la acumulación privada de capital. Para ello, utilizamos la técnica AVO (datos audiovisuales como objeto de análisis) en el análisis de los relatos, de las percepciones y de las experiencias de los sujetos abordados en ese documental. Las reflexiones y críticas suscitadas revelaron las categorías “exclusión a la justicia ya la equidad”, “lógica reproductiva de injusticias”, “tensión social y ambiental” y “simbiosis humana y ambiental”. Así, concluimos que los movimientos sociales contrarios al agronegocio luchan por un sistema agroalimentario alternativo, protector de la salud y de la vida.

**Palabras-clave:** Agronegocio; Agroecología; Métodos visuales; Análisis de película documental.

## REFLECTIONS ABOUT THE BRAZILIAN AGRIBUSINESS FROM THE DOCUMENTARY “THE POISON IS ON TABLE 2”

### ABSTRACT

Agribusiness has led Brazil to the top of the world’s largest producers of commodities and agro-energy. Moreover, it accounts for almost a quarter of the entire Brazilian Gross Domestic Product (GDP). The development of this sector, however, does not escape criticism from activists, consumers, and collectives who dispute the predominance of chemical inputs, machinery, and genetically modified organisms in agriculture. Having said that, we scrutinized the documentary “The Poison is on Table 2” in the light of socio-environmental issues intensified by a logic that focuses on private capital accumulation. To achieve that aim, we employed the AVO-perspective (audio-visual data as an object of analysis) in the analysis of the reports, perceptions, and experiences of the subjects covered in this documentary. The reflections and critiques revealed the categories “exclusion from justice and equity”, “reproductive logic of injustices”, “social and environmental tension”, and “human and environmental symbiosis”. We therefore concluded that the social movements opposed to agribusiness struggle for an alternative agrifood system, which protects health

**Keywords:** Agribusiness; Agroecology; Visual methods; Documentary analysis.

### INTRODUÇÃO

O agronegócio é tido como o setor econômico responsável pela consolidação do Brasil “como um dos mais importantes *players* do mercado global.” (GELLER, 2017, p. 3). O país é um dos maiores produtores mundiais de *commodities* agrícolas e agroenergia, destacando-se as exportações de setores como o complexo soja, carnes, sucroalcooleiro, dos produtos florestais, do café, dos cereais em geral etc. (SRI, 2017). Considerando todas as cadeias, desde as atividades primárias àquelas de distribuição, o agronegócio participa com 23% a 24% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (MAPA, 2017).

Para alcançar tanto quanto sustentar essa posição, o agronegócio subsidia e implementa desde a década de 1960 os pacotes tecnológicos da chamada “Revolução Verde”. Isso levou a um indiscutível aumento na produtividade agrícola e consequente reprodução acelerada de capital por meio da utilização de máquinas, intensa mobilização dos solos<sup>5</sup>, melhoramento genético de animais e plantas, bem como quase que naturalizou a aplicação indiscriminada de agrotóxicos e fertilizantes químicos (COSTA, 2017).

Outrossim, há que se reconhecer as implicações desse setor: a maneira como o agronegócio foi concebido envolve uma série de injustiças socioambientais. Injustiças essas que impõem a espoliação de terras dos pequenos produtores, indígenas e quilombolas; a superexploração da mão de obra e dos recursos naturais; e a intoxicação por agrotóxicos dos trabalhadores rurais e outros corpos naturais (ACSELRAD *et al.*, 2012; BÚRIGO *et al.*, 2015; GOULART; MISOCZKY, 2010; PAULINO, 2014).

Nesse quadro, o uso excessivo de agrotóxicos tem suscitado calorosos debates. O relatório intitulado “Você Não Quer Mais Respirar Veneno” afirma que as pessoas em zonas rurais de todo o país continuam sendo intoxicadas por agrotóxicos e o governo federal tem feito pouco para mudar essa situação (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018). Mesmo com toda a repercussão que as intoxicações provocam, o Brasil continua a ser um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo (MMA, 2018).

Essas substâncias, também conhecidas como agroquímicos, defensivos agrícolas, pesticidas, praguicidas, remédios e venenos (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003), podem causar efeitos negativos à saúde do homem, da fauna e da flora (PIMENTEL *et al.*, 1992; SCHMITZ; HAHN; BRÜHL, 2014), supressão de microrganismos e desagregação das propriedades minerais dos solos (VAN DER WERF, 1996), problemas dermatológicos, de fertilidade, neurológicos, imunológicos, aumento da incidência de casos de câncer (WESSELING *et al.*, 1997), contaminação das águas (LAABS *et al.*, 2002), perdas substanciais na população de animais polinizadores (POTTS *et al.*, 2010), aumento do número de suicídios no campo (FARIA; FASSA; MEUCCI, 2014), contaminação de alimentos por metais pesados (EL-KADY; ABDEL-WAHHAB, 2018), entre outros problemas.

Peres, Moreira e Dubois (2003) afirmam que o termo “agrotóxico” incorpora as características necessárias à sua descrição, o que apresenta conotação ética ao leitor e ao

---

<sup>5</sup>Ainda realizada extensivamente, mesmo que práticas como o plantio direto na palha tenham se expandido em muitas regiões.

consumidor dos alimentos tratados quimicamente. Embora a lei n.º 7.802 utilize esse termo (BRASIL, 1989), empresas do setor agroquímico preferem empregar a expressão “defensivos agrícolas”, mitigando a carga negativa do seu real efeito (ANVISA, 2018). Outra questão a ser colocada em discussão diz respeito à escassez de informações acerca dos impactos do uso dessas substâncias em diferentes regiões do país, dificultando o estabelecimento de um panorama assertivo em relação à contaminação por agrotóxicos (GOMES; BARIZON, 2014).

Corroborando com uma maior flexibilização da legislação, o Projeto de Lei 6.299/2002 (PL do Veneno) estabelece medidas que podem “abrir portas para o registro e comercialização de novas fórmulas químicas sem os devidos estudos sobre os seus efeitos nocivos.” (COSTA; RIZZOTTO; LOBATO, 2018, p. 346). O Ministério da Saúde (MS), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Nacional de Câncer (INCA), entre outras entidades, se manifestam contrárias às mudanças propostas pelo projeto de lei (FACUNDO, 2018). Por exemplo, as funções atribuídas aos órgãos federais na esfera da saúde em relação à fiscalização e ao controle dos agrotóxicos seriam repassadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujos representantes são, em sua maioria, do agronegócio (COSTA; RIZZOTTO; LOBATO, 2018).

Diante disso, ativistas, consumidores, movimentos sociais, pesquisadores e outros grupos buscam mobilizar a sociedade rumo a um sistema agroalimentar alternativo, uma vez que “o agronegócio não é a única forma de se fazer agricultura no país.” (FONTOURA; NAVES, 2016, p. 330). A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (2018, *online*) alerta a sociedade sobre os riscos dos agrotóxicos, mostrando as ideologias difundidas pelo agronegócio. Além disso, ela dialoga com vários agentes da sociedade civil, enfatizando a necessidade de transparência ao longo das cadeias agroalimentares. Similarmente, o documentário “O Veneno está na Mesa 2” traz à discussão as contradições do agronegócio e apresenta a agroecologia como uma prática capaz de produzir mudanças que pujam pela libertação do homem de um modelo de “exploração, doenças e terras arrasadas” (TENDLER, 2014).

Do exposto, este trabalho tem como propósito provocar reflexões sobre o agronegócio brasileiro a partir da apreciação do documentário “O Veneno está na Mesa 2” à luz das questões socioambientais intensificadas por uma lógica que visa manter a

acumulação privada de capital de forma perversa e truculenta (GUDYNAS, 2009, 2013). Para tanto, utilizamos a abordagem AVO (dados audiovisuais como objeto de análise) na análise dos relatos, das percepções e das experiências dos sujeitos abordados nesse documentário. Compartilhamos a ideia de que essa obra pode tanto representar um instrumento para a articulação de agendas pelos movimentos sociais quanto conscientizar a sociedade acerca de causas que lhe interessam (TENDLER, 2014).

Este trabalho contribui para o campo dos Estudos Organizacionais Críticos (EOC) de duas maneiras. Primeiro: na perspectiva de compreender como se dá a construção da resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola vigente, utilizamos a técnica AVO na análise da obra fílmica em questão. Inseridos em uma abordagem qualitativa, os métodos visuais permitem a construção de formatos inovadores que podem trazer contribuições metodológicas significativas sem perder o rigor científico (MACHADO; MATOS; MESQUITA, 2017). Ou seja: apresentamos, por meio dessa técnica, uma nova forma de se apreciar um dado fenômeno que diz respeito aos EOC. Segundo: este trabalho dá voz aos sujeitos que lutam por práticas alimentares promotoras de justiça social e protetoras da biodiversidade. Esses sujeitos frequentemente são relegados a segundo plano por outros agentes, bem como pelo próprio Estado (CHUMBITA, 2015). Isso reflete as considerações de Lincoln, Lynham e Guba (2011), segundo os quais, dar voz a grupos oprimidos por estruturas dominantes e legitimadas é também tarefa das Ciências Sociais; assim como dos EOC (PAES DE PAULA *et al.*, 2010).

Em termos estruturais, o trabalho foi dividido em quatro seções, sendo que a primeira introduz a temática, define o objetivo de pesquisa e destaca sua relevância. A segunda seção abarca o que entendemos ser o quadro interpretativo que dá embasamento à análise proposta. Sem nos determos à defesa de um marco teórico em particular, discutimos um breve histórico do agronegócio brasileiro e sua relação com as tecnologias oriundas da Revolução Verde, além de abordarmos o surgimento de movimentos sociais contrários à agricultura convencional. Esses movimentos não apenas apresentam uma resposta reflexiva às externalidades que os afetam direta e indiretamente, mas também defendem e adotam ações que viabilizam a inclusão e o bem-estar coletivo. A terceira seção descreve o percurso metodológico, revelando as categorias centrais e sua relação com o contexto sócio-histórico na produção do documentário aqui analisado. Por fim, na quarta seção, ressaltamos a necessidade da reflexão crítica, elemento essencial ao fomento e ao

fortalecimento de um sistema agroalimentar que seja capaz de produzir alimentos seguros, nutritivos e livres de práticas que incorram em injustiças socioambientais.

## QUADRO INTERPRETATIVO

### Revolução Verde e agronegócio: produção sustentável de alimentos?

O Brasil adota as tecnologias da Revolução Verde (agroquímica e mecanização de processos) desde a década de 1960, o que inegavelmente favoreceu o incremento da produtividade agrícola (COSTA, 2017). Não obstante, essas tecnologias sustentam os interesses de grandes corporações e geram muitos passivos socioambientais, sobretudo nos países do Sul global, principais alvos dessas tecnologias (LAPPÉ *et al.*, 1998). Gliessman (2015) ressalta que o aumento da produção agroalimentar à custa de problemas de ordem socioambiental torna a agricultura insustentável.

De 1960 até hoje foram muitas as transformações político-econômicas observadas na agricultura brasileira. Entretanto, faz-se importante informar que suas características permanecem praticamente imutáveis. Prova disso é que compreendem a presença de capital estrangeiro, o controle da produção por poucos, a monocultura e uma estrutura fechada, mecanizada, hierarquizada e masculinizada (WELCH, 2005). O que resta de novo é, básica e nomeadamente, o uso da biotecnologia. Em virtude desse tipo de observação, Rossi (2016, p. 151) sustenta que a lógica do agronegócio constitui “a concentração de terra, renda e de poder político parlamentar; a supremacia da regência do capital financeiro e a promoção ideológica constante enquanto o único modelo de desenvolvimento agrário a ser seguido, por supostamente ser o mais avançado.”

Com isso em mente, Ioris (2018a) nos lembra que a inserção do Brasil no mercado global revela uma união entre tradição e modernidade, avançando por meio de novas ordens sociais e antigas estruturas políticas, o que abre caminho para a consolidação da hegemonia do agro-neoliberalismo no país. Segundo o autor,

A neoliberalização da agricultura é uma convergência contingente, específica de lugar, de várias práticas de produção e comercialização organizadas conforme um construto ideológico que privilegia políticas baseadas no mercado e a intensificação da circulação e

acumulação do capital sem retirar o Estado das esferas de produção, comercialização e legitimação. Em grande parte, segue o fetichismo das relações de livre mercado, enquanto perpetua chamadas para intervenções do Estado destinadas, por exemplo, a mitigar as oscilações dos preços e evitar a superprodução. Mais importante, o agro-neoliberalismo parece oferecer a perspectiva de um futuro brilhante, baseado na intensificação da troca de mercado e na rápida acumulação de capital. É permeada pela promessa de progresso compartilhado enquanto reforça os mecanismos de exclusão e exploração. [...] o resultado é a contaminação do presente com o anúncio mítico e o fechamento tácito de um futuro moldado pelo agronegócio atual. (IORIS, 2018a, p. 77).

Em suma, a corporatização e a globalização da agricultura hodierna fazem com que se intensifiquem as escalas de produção e se maximize o lucro (para poucos), tornando o setor agroalimentar altamente atrativo (também para poucos) (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016), como bem refletem os US\$ 81,86 bilhões gerados pela economia do agronegócio brasileiro, o que representa o segundo maior saldo da balança comercial na história (MAPA, 2018).

Para alcançar tamanhas cifras, todavia, faz-se necessário o uso massivo de agrotóxicos, o que implica a emergência de questões complexas. Além de evidenciar por meio de mapas a problemática da contaminação por agrotóxicos Brasil adentro, Bombardi (2017) aponta três questões que merecem um tratamento pormenorizado. Primeiro: sendo o Brasil um país agroexportador, sobretudo considerando os grandes volumes de café, cítricos e soja exportados para a União Europeia (UE), há uma demasiada utilização de agrotóxicos na produção desses alimentos. Na análise das legislações brasileira e europeia, alguns dos agrotóxicos ainda permitidos no Brasil já não são mais na UE. Segundo: o quanto de agrotóxicos é usado. No Brasil, a quantidade permitida é maior do que na EU. À montante do cultivo, a contaminação por agrotóxicos afeta direta e indiretamente as populações rurais; à jusante do cultivo, tem-se um aspecto invisível, isto é, a quantidade de resíduos químicos permitidos nos alimentos, nas águas, nos solos etc. Terceiro: como os agrotóxicos são utilizados. No Brasil, pulveriza-se por via aérea grandes extensões dos cultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, cítricos e banana, atingindo não somente o alvo desejado, mas casas, escolas, rios e outros locais adjacentes. Na UE, em contrapartida, a pulverização aérea é proibida pela legislação.

Ainda que o alimento pulverizado com agrotóxicos seja importado pela UE, têm-se as chamadas externalidades da produção que, via de regra, não são contabilizadas. Além do mais, é importante ter em mente que a indústria agroquímica está sediada nos países do Norte global, desenvolvendo suas tecnologias lá, testando, replicando e aplicando-as aqui (BOMBARDI, 2017). Conforme Lappé *et al.* (1998, p. 51), “os produtos químicos mais perigosos terminam no Terceiro Mundo [...]. A maioria termina nos campos onde os trabalhadores não recebem roupas de proteção e onde as medidas de segurança são a última preocupação dos proprietários das fazendas”. Os autores acreditam que

A maior parte do problema com o uso de pesticidas é cultural: os padrões cosméticos estabelecidos pelas preferências dos consumidores em países industrializados [...] têm levado os produtores em todo o mundo a uma busca incessante por maçãs com brilho acetinado e peras impecáveis. (LAPPÉ *et al.*, 1998, p. 53).

Em outras palavras, muitos supermercados estão preocupados tão somente com a cor, a aparência e o aroma dos alimentos (BUSCH, 2011; ESTEVE, 2017; FUCHS; KALFAGIANNI, 2009) – padrões altamente apreciados pelo mercado (CALLON; MÉADEL; RABEHARISOA, 2002).

Alguns autores afirmam que o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos gera uma dependência desmedida, pois insetos, fungos e outros organismos tendem a adquirir resistência a essas substâncias, forçando agricultores a utilizá-las cada vez mais (ALTIERI; NICHOLLS, 2005; GLIESSMAN, 2015). Uma dependência que marginaliza muitos produtores e, com frequência, os leva a atentar contra a própria vida (PIRES; CALDAS; RECENA, 2005; BOMBARDI, 2011; SHIVA, 2016).

Além dessas implicações, Holt-Giménez (2011) nos oferece uma reflexão que recorre às raízes das injustiças fomentadas por um sistema agroalimentar que enaltece a acumulação privada de capital. Segundo este autor, as secas, os estoques de grãos, as altas no preço do petróleo, a produção de agrocombustíveis e a especulação financeira são as causas imediatas da crise alimentar global. As raízes dessa crise são decorrentes dos desequilíbrios do sistema agroalimentar global que tornam muitas nações do Sul global e as pessoas economicamente desfavorecidas altamente vulneráveis a choques econômicos e ambientais. Nesse quadro, os riscos, as injustiças e as externalidades são inerentes ao



“complexo agroindustrial globalizado e altamente centralizado”, estruturado ao longo do último meio século por meio das reservas públicas para subsídios de grãos, do financiamento estrangeiro e das pesquisas internacionais em agricultura (HOLT-GIMÉNEZ, 2011, p. 312). Tal complexo é composto pelas multinacionais do ramo de grãos, pelas gigantes corporações de sementes, insumos químicos e fertilizantes, pelas indústrias processadoras globais e pelas grandes redes de supermercados, que dominam o comércio e a distribuição e, cada vez mais, controlam os recursos utilizados na produção de alimentos em escala global, isto é, terra, trabalho, água, insumos agrícolas, material genético, biodiversidade e investimentos, compreendendo o “Regime Alimentar Corporativo” (HOLT-GIMÉNEZ, 2011, p. 311-312).

Esse regime é financeiramente dominado pelos monopólios do complexo agroindustrial e politicamente gerenciado pelos governos nacionais e organizações multilaterais que estabelecem (e impõem) as regras do livre comércio, trabalho e propriedade que o tornam possível para criar e impor um regime alimentar globalizado. (HOLT-GIMÉNEZ, 2011, p. 313).

Assim, consolidado como uma economia agroexportadora, o Estado brasileiro sela os interesses entre o capital internacional e o agronegócio (BOMBARDI, 2017). Portanto, verifica-se que os sistemas agroalimentares de muitos países estão virtual e fisicamente conectados (MCMICHAEL, 2009).

O alimento que deveria sanar a fome de milhares de pessoas (FACHIN, 2017) torna-se um bem de compra e venda, uma *commodity* utilizada para especular nas bolsas de valores do mercado financeiro mundial e provocar os jogos da fome (ESTEVE, 2017). Estamos diante de “um modelo agroalimentar desenvolvido não para alimentar as pessoas, mas para que algumas empresas tenham lucro”, como bem lembra Esteve (2017, p. 42). Fazem-se tão atuais as palavras de Galeano (2010, p. 6):

Exportamos produtos ou exportamos solos e subsolos? [...] Terras que poderiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira. [...] o aumento dos preços dos alimentos [...] enche os bolsos dos gigantes do comércio agrícola e, ao mesmo tempo, multiplica a fome das multidões que não podem pagar seu encarecido pão de cada dia.

Em síntese, há uma tendência ao desenvolvimento de um país agroexportador que, historicamente, enfrenta dificuldades em responder aos desafios e preocupações sobre temas deveras caros à sociedade, tais como segurança alimentar<sup>6</sup>, proteção dos recursos naturais e qualidade de vida no meio rural.

### **Sistemas agroalimentares alternativos**

Concebidas como uma resposta à industrialização da agricultura e ao domínio da provisão de alimentos, as redes agroalimentares alternativas estão presentes em diversos lugares do mundo e possuem alguns ideais em comum, dentre os quais o estabelecimento de novas formas organizativas voltadas à produção, distribuição e comercialização de alimentos. Isso promove a economia local e a integração com comunidades, além de proteger os recursos naturais (GOODMAN; GOODMAN, 2008; KNEAFSEY *et al.*, 2013). Essas redes incluem feiras, comunidades suportadas pela agricultura (CSA), cooperativas de consumidores, entre outros. Os alimentos presentes nessas redes são produzidos, distribuídos e comercializados de uma forma diferenciada em comparação às práticas empregadas na agricultura convencional.

237

Ademais, vale ressaltar que a agricultura alternativa é um movimento complexo e interdisciplinar, tendo como exemplos a agricultura biodinâmica, biológica, científica, natural, holística, orgânica e permacultura (MERRILL, 1983). Seus praticantes defendem o ambientalismo, a resistência ao envolvimento corporativo na agricultura (CLARKE *et al.*, 2008), a práxis da justiça alimentar (CADIEUX; SLOCUM, 2015), uma cooperação voltada a aspectos mais-que-econômicos (FONTE; CUCCO, 2017; GONZALEZ, 2017; TILZEY, 2017), bem como outros princípios com base na agroecologia.

Nesse contexto, a agroecologia ultrapassa a visão unidimensional dos agroecossistemas para abarcar um entendimento de níveis ecológico e social de coevolução, estrutura e função (ALTIERI; NICHOLLS, 2005). Segundo Altieri e Nicholls (2005), os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com os ambientes físico e químico, que têm sido modificados pelos seres humanos para produzir alimentos,

---

<sup>6</sup>A segurança alimentar existe quando as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos seguros e suficientes sem comprometer seu acesso a outras necessidades essenciais. Baseia-se em práticas alimentares que promovem a saúde, respeitam a diversidade cultural e são sustentáveis em termos ambientais, sociais e econômicos (BRASIL, 2006).

fibras e combustíveis destinados ao consumo, ao processamento e à comercialização, mas não em escala mundial.

Costa (2017) afirma que a agroecologia se constitui como um modo de produção, um movimento social e uma nova área da ciência que trabalha na perspectiva da consecução de métodos de produção agrícola energética e produtivamente eficientes, ecologicamente sustentáveis e econômica e socialmente justos. No Brasil, o movimento agroecológico articula uma agenda voltada à contestação das tecnologias da Revolução Verde desde o seu surgimento (GUHUR; TONÁ, 2012).

Dentre os vários marcos que fomentaram o estabelecimento do movimento agroecológico no país, elencamos o conjunto das obras e a militância de José Lutzenberger, considerado um dos críticos mais contundentes do impacto ecológico da modernização da agricultura brasileira (COSTA, 2017; COSTA *et al.*, 2017). Outros marcos envolvem a publicação, em 1979, do livro “Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental: Problemas e Soluções”, de Adilson Dias Paschoal, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), correlacionando o incremento dos problemas com as pragas na agricultura à intensificação do uso dos venenos agrícolas; a publicação, em 1979, do livro “Manejo Ecológico do Solo: A Agricultura em Regiões Tropicais”, de Ana Maria Primavesi, que deu embasamento técnico e científico ao movimento da agricultura alternativa; a obra “Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: A Teoria da Trofobiose”, publicada em 1985, de autoria de Francis Chaboussou; a tradução feita pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do documento “Relatório e Recomendações sobre Agricultura Orgânica”, produzido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA); o livro “Adubação Verde no Sul do Brasil”, publicado em 1991 pela instituição Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA); a tradução feita pela AS-PTA da obra “Agricultura para o Futuro: Uma Introdução à Agricultura Sustentável e de Baixo Uso de Insumos Externos”, de Coen Reijntjes e colegas; o lançamento da obra “Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa”, de Miguel Altieri, pela AS-PTA; e o surgimento de organizações não governamentais (ONGs) no campo da agricultura alternativa, tais como o Movimento de Agricultura Alternativa (MAA) (COSTA, 2017; COSTA *et al.*, 2017).

Schmitt *et al.* (2017) destacam como importantes as seguintes políticas públicas para a promoção da agroecologia no Brasil: a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instrumentalizada, em 2013, pelo Plano Nacional de Agroecologia e

Produção Orgânica (PLANAPO I), atualizada e revisada em 2016 (PLANAPO II). Mesmo com esses avanços na agenda de políticas públicas para a promoção da agricultura sustentável, bem como de outros avanços relacionados às questões agrárias e à garantia de alimentação por meio de programas governamentais, observamos, no decorrer do ano de 2016, “uma desestruturação crescente das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e às políticas sociais em geral. Esses retrocessos se devem não apenas à crise fiscal do Estado, mas também às rupturas no sistema político brasileiro” (SCHMITT *et al.*, 2017, p. 117).

Percebemos que a reprodução material e social dos grupos contrários ao agronegócio é também reprimida pelas manobras dos atores que detêm de poder político-econômico. Portanto, este trabalho tem como propósito enaltecer as reivindicações marginalizadas desses grupos, mas tão importantes para as atuais e futuras gerações. A seção a seguir detalha o percurso metodológico que baliza o objetivo estabelecido.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Para analisar os relatos, as percepções e as experiências dos sujeitos abordados no documentário em questão, empregamos a abordagem AVO, que é utilizada quando o “pesquisador deseja analisar material audiovisual como uma coleção de narrativas, e não como um meio para observar outros fenômenos.” (FIGUEROA, 2008, p. 2-3).

Figueria (2008) pontua que dados audiovisuais provenientes de noticiários de televisão, de videoclipes e de documentários, por exemplo, são valiosas partes cristalizadas de um fenômeno inserido em uma rede social e simbólica de significados. Para Viswambharan e Priya (2016), a técnica AVO permite um escrutínio das narrativas dos diversos sujeitos ligados a um determinado conflito social ou ambiental (por exemplo, sobreviventes e perpetradores de violência ou injustiças, líderes locais ou políticos etc.).

Figueria (2008) desenvolveu a técnica AVO com base em uma adaptação dos procedimentos de codificação da Teoria Fundamentada (TF). Inicialmente, faz-se uma análise global do material audiovisual coletado, gerando algumas hipóteses ou conceitos (que, na TF, refere-se à chamada “codificação aberta”). Então, o pesquisador transforma estes últimos em códigos ou unidades menores (codificação axial, segundo os princípios da TF) e, por conseguinte, os refina e interpreta (codificação seletiva) (FIGUEROA, 2008;

STRAUSS; CORBIN, 1998). Por fim, organiza-se as representações sociais codificadas (propriedades), que ajudarão na definição das categorias centrais (FIGUEROA, 2008).

Conforme Viswambharan e Priya (2016), a abordagem AVO demanda a explicação do posicionamento epistemológico adotado e um quadro interpretativo que embasará a análise do material audiovisual. Dito isso, assumimos uma postura combativa, de não conformidade ao *status quo* (ainda baseado em uma lógica de acumulação oblíqua e perniciosa). Ademais, é preciso visualizar o material várias vezes para compreender o contexto sócio-histórico que os eventos estão inseridos, bem como a perspectiva do cineasta (VISWAMBHARAN; PRIYA, 2016).

Outra questão considerada neste trabalho refere-se ao gênero documentário. Nichols (2007, p. 54) afirma que “o uso de comentário com voz de Deus, as entrevistas, a gravação de som direto, os cortes para introduzir imagens que ilustrem ou compliquem a situação mostrada numa cena e o uso de atores sociais [...]” constituem a lógica que organiza um filme do tipo documentário. Em relação à voz política da obra aqui analisada, Nichols (2007, p. 204) ressalta que os “documentários de questões sociais consideram as questões coletivas de uma perspectiva social. As pessoas recrutadas para o filme ilustram o assunto ou dão a opinião sobre ele”. Os modos expositivo e reflexivo definem a perspectiva do documentário analisado. O primeiro modo “ênfatisa o comentário verbal e uma lógica argumentativa” (p. 62), já o segundo pode estimular “no espectador uma forma mais elevada da consciência a respeito de sua relação com o documentário e aquilo que ele representa” (p. 167).

Feitos esses esclarecimentos iniciais, a seguir explanamos brevemente o percurso metodológico que deu origem às categorias centrais deste trabalho, uma vez que a transparência metodológica nas diferentes versões da TF, incluindo suas adaptações, é essencial (AMSTEUS, 2014).

A primeira etapa consistiu em assistir ao documentário “O Veneno está na Mesa 2” mais de uma vez. A segunda compreendeu a transcrição e uma análise global do material audiovisual transcrito. No último processo, utilizamos o *software* Atlas.ti versão 8.0. Faz-se necessário informar que não analisamos as narrativas daqueles com idade inferior a 18 anos, que aparecem na obra fílmica com as imagens dos rostos distorcidas.

Em decorrência da análise global, foi possível elencar vários conceitos que foram inter-relacionados posteriormente. Nesse processo, fizemos questionamentos que

estimularam a sensibilização dos dados obtidos (O que está acontecendo nesta cena? Quem são os sujeitos envolvidos? Como eles descrevem a situação?). Além disso, utilizamos memorandos para ampliar a compreensão do material coletado. Um exemplo de memorando utilizado para explicar a relação de uma propriedade com o contexto sócio-histórico é apresentado a seguir:

Considerando que “a terra é um bem indispensável à vida”, o documentário mostra imagens [de Araquém Alcântara] para reforçar a ideia de que a terra é fonte de vida [fonte de benefícios não apenas materiais] para animais [fotos de aves, mamíferos etc.], plantas [fotos de árvores] e seres humanos [foto de uma criança]. O documentário informa que a água, para o agronegócio, é tratada como um bem negociável [uma *commodity*], um meio para a geração de riquezas. Verificamos, portanto, o contexto sócio-histórico que trata de “recursos naturais a serviço do capital”. Quanto ao quadro interpretativo, Flores e Misoczky (2015, p. 248) afirmam: “surgem, em contraposição, concepções que confrontam as relações capitalistas e as formas de apropriação da água que as caracterizam, esboçando uma concepção da água como bem comum: a água e os frutos da natureza pertencem à humanidade.”

Por meio do processo de refinamento e integração dos códigos que explicitam a representação social acerca do agronegócio e da agroecologia, elencamos as propriedades (Quadro 1) que fundamentam as categorias centrais (Quadro 2) deste trabalho.

**Quadro 1:** Construção da Resistência ao Agronegócio e Visões de Mundo Contrárias ao Agronegócio

<b>Exclusão à justiça e à equidade</b>	<b>Lógica reprodutiva de injustiças</b>	<b>Tensão social e ambiental</b>	<b>Simbiose humana e ambiental</b>
A acumulação do capital é prioridade	Conflito de interesses	Apelo	A terra/água é um bem indispensável à vida
Conotação negativa em relação ao arresto	Ocultação dos acontecimentos	Militância contra o uso de sementes transgênicas/agrotóxicos/fertilizantes químicos	Conotação positiva em relação à produção agroecológica/à produtividade da agricultura camponesa/a um estilo de trabalho artesanal/à pequena propriedade
O agronegócio é excludente	Estilo de servidão Constante dependência de insumos externos		Independência Senso de coletividade
<i>Construção da resistência ao agronegócio</i>			<i>Visões de mundo contrárias ao agronegócio</i>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

**Quadro 2:** Categorias Centrais e suas Definições

<b>Categoria</b>	<b>Definição da categoria considerando o contexto sócio-histórico no qual o documentário foi produzido</b>
<b>Exclusão à justiça e à equidade</b>	Este processo se dá em razão da primazia da acumulação privada de capital, ou seja, os interesses político-econômicos são sobrepostos aos interesses da maioria. Dessa forma, há a exclusão de determinados sujeitos da geração de riquezas e das decisões políticas que orientam o agronegócio.
<b>Lógica reprodutiva de injustiças</b>	Esta categoria está fundamentada nas ideias divergentes entre os órgãos governamentais ligados à saúde e à agricultura; na não evidenciação de informações de interesse público (contaminação por agrotóxicos); e nas injustiças que afetam trabalhadores rurais (envenenamento e superexploração da mão de obra).
<b>Tensão social e ambiental</b>	Esta categoria reflete o apelo social em relação às implicações socioambientais do modelo de agricultura intensivo em insumos químicos, máquinas e engenharia genética.
<b>Simbiose humana e ambiental</b>	Este processo revela que a relação entre homem e natureza se mostra recíproca e não perversa, uma vez que os praticantes e defensores da agroecologia enfatizam a harmonia entre homem e meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Na próxima seção, detalhamos as nuances de cada categoria. Ainda conforme as orientações de Figueroa (2008), articulamos a codificação do material audiovisual com o quadro interpretativo. Assim, há o embasamento que sustenta as representações sociais codificadas, ocasionando uma maior compreensão do documentário e do fenômeno que ele apresenta.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias “exclusão à justiça e à equidade”, “lógica reprodutiva de injustiças” e “tensão social e ambiental” caracterizam a maneira como os sujeitos do documentário “O Veneno está na Mesa 2” percebem o agronegócio. Entendemos que o conjunto dessas categorias está diretamente relacionado à construção da resistência ao agronegócio. Por outro lado, observamos “simbiose humana e ambiental” na percepção desses sujeitos com relação à agroecologia, o que representa visões de mundo contrárias a esse modelo.

### Exclusão à justiça e à equidade

Tal processo está intimamente ligado à busca por acumulação privada de capital por parte de atores pró-agronegócio, o que pode ser explicado pelo potencial desse setor na geração de riquezas com as atividades de produção, distribuição e comercialização de bens

demandados pelo mercado (externo) (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016). Conforme Goulart e Misoczky (2010), a acumulação no Brasil é observada em alguns ramos especializados, sobretudo atividades agrícolas, agroindustriais, extração mineral e produção de energia. Por exemplo, as autoras afirmam que a produção de álcool combustível reproduz padrões perversos de há muito presentes na história do Brasil. Assim, depreendemos que muitos sujeitos são excluídos da geração de riquezas e das decisões políticas que orientam a produção agroalimentar no país.

A propriedade “a acumulação do capital é prioridade” está fundamentada nos seguintes relatos:

Para eles [sujeitos pró-agronegócio], só conta o capital, não se discute qualidade de vida nem a destruição da natureza, só vale o mundo dos negócios. (Voz de Deus masculina).

[O agronegócio] não se importa se as pessoas continuam morrendo<sup>7</sup>. (Física e ativista ambiental).

[Na agricultura orgânica] ninguém está preocupado em se dar bem com o outro ou ficar mais ou menos rico. (Ator e produtor de orgânicos).

Há, portanto, um contexto político-econômico que vislumbra uma constante e acelerada reprodução de capital. Isso implica na possibilidade de (re)produção de poder e manutenção da hegemonia do agronegócio, muitas vezes semelhante à lógica perpetuada no período colonial (ASSIS; FRANCO, 2018).

Além disso, constitui a categoria “exclusão à justiça e à equidade” a propriedade “conotação negativa em relação ao arresto”, fundamentada no seguinte relato:

O oficial de justiça que estava acompanhando isso [apreensão judicial da produção de fumo] ligou logo para o juiz, e o juiz mandou que eles [policiais e oficial de justiça] carregassem o fumo rapidamente, mostrando: Qual é o valor que os plantadores de fumo têm para o nosso país? (Agricultora).

---

<sup>7</sup>Corrigimos a linguagem coloquial para preservar a dignidade dos sujeitos.



Verificamos neste trecho a noção de exclusão, colocando em evidência a questão da equidade perante os outros agentes que fazem parte da produção de fumo. Além disso, faz parte desta categoria a propriedade “o agronegócio é excludente”, fundamentada no seguinte relato de um pesquisador:

[...] com a hegemonia política dos grandes latifundiários e dos grandes agroindustriais, a frente agroindustrial, com as mídias que são propriedades deles ou financiadas por eles, com partidos cujas campanhas são financiadas por eles, consegue transformar todo esse conhecimento riquíssimo sobre a terra, sobre a água, sobre a atmosfera em magia, superstição e atraso.

Este trecho faz alusão à exclusão dos saberes de povos camponeses, indígenas e quilombolas. Vale ressaltar que a concepção desses povos acerca da produção de alimentos leva em consideração o ritmo da natureza (KOTHARI; DEMARIA; ACOSTA, 2014). Por outro lado, uma das ideologias defendidas pelo agronegócio é o uso de biotecnologias visando a rápida obtenção de produtividade agrícola (IORIS, 2015). Quando os povos camponeses, indígenas e quilombolas refutam essas ideologias, ou até mesmo as imposições de empresas e Estado no que toca às atividades extrativistas, eles são tachados de primitivos, bárbaros e ignorantes (MISOCZKY, 2011).

### **Lógica reprodutiva de injustiças**

Esta categoria abarca as ideias divergentes entre órgãos governamentais ligados à saúde e à agricultura. Embora o uso de agrotóxicos seja considerado de extrema relevância ao desenvolvimento da agricultura convencional, órgãos da saúde alertam sobre o uso indiscriminado dessas substâncias (COSTA; RIZZOTTO; LOBATO, 2018). O envolvimento de sujeitos políticos com os grandes empresários do agronegócio levanta muitas questões, sobretudo a capacidade de influência em decisões que pesam à saúde do homem e do meio ambiente (AMENI, 2018).

Destacamos a propriedade “conflito de interesses” no relato de um servidor público de um órgão da saúde:

A legislação sobre isso [agrotóxicos] é um problema muito complexo, porque você tem de um lado a Vigilância Sanitária, que é um órgão ligado ao Ministério da Saúde. Do outro lado, você tem os órgãos ligados ao Ministério da Agricultura. E aí, tem objetivamente o conflito de interesses. [...] a evidência científica, muitas vezes, não é suficiente para influir numa decisão econômica. E nesse embate entre os interesses do agronegócio e os interesses da saúde pública, frequentemente os interesses da saúde pública são sacrificados.

Os órgãos governamentais voltados às causas sociais na agricultura também presenciam conflitos de interesse. Candiotta (2018) discute a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado no ano de 2000 para liderar as ações sociais do campo. Segundo este autor, o fim do MDA revela como os interesses políticos influenciam as políticas públicas e o desenvolvimento dos setores produtivo, econômico, ambiental e social do Brasil.

A categoria “lógica reprodutiva de injustiças” também compreende a não evidenciação de informações de interesse público, a exemplo da divulgação de dados referentes à contaminação por agrotóxicos. Isso reflete a falta de fiscalização por parte do Estado (GOMES; BARIZON, 2014; HUMAN RIGHTS WATCH, 2018).

Constatamos a propriedade “ocultação dos acontecimentos” nos seguintes relatos:

Se você quer saber, hoje, quais cânceres no Brasil têm a ver com agrotóxicos, você não consegue essa resposta nos diferentes sistemas de informação em saúde que a gente tem. E se você quiser buscar entre os registros de câncer, qual é a ocupação dessas pessoas, você vai ter dificuldade também de encontrar o dado de ocupação, por incrível que isso pareça. Então, há toda uma tendência de ocultamento mesmo, desses problemas de saúde, eles não aparecem. (Pesquisadora).

No consultório, eles [pessoas intoxicadas por agrotóxicos] contavam coisas inominadas. Muitas vezes, eu anotava em prontuário, tem tudo anotado em prontuário. E a notícia que eu sei é que esses prontuários estão perdidos. (Médica).

Para Acselrad *et al.* (2012, p. 181), “a poluição da água não é devidamente controlada pelo Estado, a despeito do alto índice de contaminação por agrotóxicos verificados nos corpos dos trabalhadores rurais. A postura do Estado revela, nessa situação, uma política

ativa e deliberada de ocultamento dos impactos.” A divulgação de informações de interesse público por parte do Estado possibilita que a sociedade seja capaz de avaliar as decisões tomadas e, assim, estimular debates que promovam mudanças.

Outra propriedade considerada na categoria em questão foi denominada de “estilo de servidão”, fundamentada no relato de um sujeito ligado a uma organização sem fins lucrativos:

As famílias produtoras de fumo, além de todos os riscos que elas se submetem em termos de saúde, deixam de produzir seu próprio alimento. São famílias que não têm mais vida comunitária, porque é um tipo de trabalho que alguns chegam a usar o termo servidão. É um termo bastante forte, mas é um estilo de servidão, porque não tem nada a ver com a lógica camponesa de organização do trabalho. Cada família, na sua propriedade, trabalhando para uma empresa.

Além deste relato, o documentário mostra as experiências de agricultores que se posicionam contrários à lógica de trabalho do setor produtivo de fumo. As reivindicações desses trabalhadores rurais não são tão diferentes daquelas encontradas em outros setores produtivos no Brasil. Por exemplo, Goulart e Misoczky (2010) discutem uma coletânea de textos que denunciam a superexploração dos boias-frias na produção sucroalcooleira. Na região norte mato-grossense, Picoli (2011, p. 302) afirma que “o agronegócio das monoculturas [...] atinge o objetivo almejado: o uso da terra nua para produzir sementes e carne. Aos marginalizados e despossuídos resta servir de força de trabalho superexplorada.”

Embora alguns setores produtivos (soja, cana-de-açúcar, entre outros) tenham aumentado a mecanização dos processos nos últimos anos, visando uma melhoria nas condições de trabalho, isso não foi capaz de gerar oportunidades diretas de emprego, até mesmo para os que foram expulsos pela monocultura imposta (CLEMENTS; FERNANDES, 2013).

As propriedades “constante dependência de insumos externos” e “estilo de servidão” estão inter-relacionadas. No documentário, um agricultor afirma que a compra de sementes transgênicas induz à necessidade de utilização de fertilizantes e pesticidas, que, segundo ele, são oferecidos pela própria empresa que comercializa as sementes. Desse modo, observamos um estímulo ao uso desses químicos e seus complementares. Prática essa legitimada pelo Estado e pautada pelos ditames da Revolução Verde (PELAEZ *et al.*, 2015).

## Tensão social e ambiental

Esta categoria ressalta o apelo social em relação às implicações do uso intensivo de insumos químicos, máquinas e engenharia genética. Foi possível notar no relato de três agricultoras que os efeitos colaterais da exposição aos agrotóxicos naturalizaram-se ao cotidiano das pessoas. Por exemplo,

Tem uns vizinhos ali [...] que ficam mal, com dor de estômago, vomitam, ficam mal quando colhem o fumo. Nós tínhamos uma carreira de abacate ali [...], faz tempo, mas morreu tudo. Está no ar o veneno, nas águas, em tudo. As pessoas não têm mais como escapar. (Agricultora).

A contaminação por agrotóxicos gera problemas socioambientais à montante e à jusante dos cultivos (BÚRIGO *et al.*, 2015). Ao legitimar os interesses do agronegócio, o Estado não só desampara a sociedade, mas também corrobora com a reprodução de ideologias particulares. Em contrapartida, movimentos contra-hegemônicos adotam práticas e visões de mundo contrárias à lógica da agricultura capitalista (NAVES; REIS, 2017), o que gera articulações políticas que muitas vezes são reprimidas pelo próprio Estado (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2014).

Integramos a propriedade “apelo” à categoria “tensão social e ambiental”, uma vez que o uso intensivo de agrotóxicos representa uma das principais contestações ao agronegócio brasileiro na atualidade (FACUNDO, 2018).

Eu acho que o principal é a conscientização de todos nós, de não usarmos o agrotóxico. Passar essa conscientização para as outras pessoas, porque infelizmente quem produziu e quem está ganhando dinheiro com isso não vai querer parar de vender. Eu acho que essa consciência tem que partir da gente, pararmos de usar agrotóxicos e sermos sinceros com nós mesmos em querer uma vida mais saudável. Se nós não fizermos isso agora, porque ainda temos um tempinho, eu não sei se a gente vai conseguir reverter isso mais para frente. (Integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]).

Neste trecho, observamos uma consciência individual com relação à preservação da saúde ao consumir alimentos livres de agrotóxicos. Contudo, ela extrapola a questão da saudabilidade quando inserida em um contexto de feira de alimentos orgânicos ou agroecológicos, espaço que possibilita o engajamento entre consumidores e produtores (CLARKE *et al.*, 2008). Há, dessa forma, o compartilhamento de ideais que dizem respeito ao coletivo, considerando as diferentes perspectivas da sociedade civil.

Consideramos a propriedade “militância contra o uso de sementes transgênicas/agrotóxicos/fertilizantes químicos” integrante da categoria “tensão social e ambiental”. Eis, respectivamente, os relatos que a fundamentam:

Hoje, seja soja, seja o que for modificado, vem no pacote: tu vais ter que colocar o adubo, tu vais ter que colocar o herbicida nela, para poder produzir. Se você não fizer isso, tu não colhes, porque a empresa já faz o pacote direcionado para vender. Venda a semente e venda os insumos. (Agricultor).

Aqui, nós trabalhamos com a agroecologia. A gente não tem agrotóxicos, mas infelizmente os fazendeiros que estão ao redor do acampamento jogam veneno nas suas roças de milho e de soja. E aí, automaticamente cai veneno sobre nossas plantas. (Agricultor).

248

O uso desproporcional de agrotóxicos e afins, além do potencial de contaminação, desencadeia muitos conflitos socioambientais. Isso começa pela constante dependência dessas substâncias, por parte dos produtores, e chega nas propriedades que muitas vezes não fazem a aplicação destas. Segundo Misoczky (2010), os conflitos socioambientais têm diferentes expressões e formas de organização nos diferentes contextos da América Latina, apesar de estarem intensamente articulados entre si. No Brasil, camponeses, trabalhadores sem-terra e mulheres camponesas têm se constituído em alguns dos atores mais relevantes no confronto ao agronegócio (MISOCZKY, 2010).

Nos trechos a seguir, a categoria “tensão social e ambiental” revela os problemas causados pela exposição aos agrotóxicos.

O índice de suicídio é altíssimo. O de câncer, o CA, é muito alto. E antes dessas empresas [Del Monte] chegarem, nós não sabíamos

nem o que era isso. (Diretora de organização voltada aos trabalhadores rurais).

Teve gente que ficou que nem louco, eu fui uma. A dor de cabeça que eu sentia era tão forte que eu me joguei na frente de um ônibus, tirei este joelho do lugar. Eu fiquei que nem doida, eu entrei em depressão, não queria ver ninguém. Eu rasguei roupa, eu jogava minhas coisas fora e, por conta disso, o engenheiro disse que eu era louca, mas a minha loucura eram as dores que eu estava sentindo. (Agricultora).

Podemos observar, portanto, uma prática que faz parte do cotidiano de muitos trabalhadores rurais no Brasil (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018), revelando uma constante tensão social e ambiental.

### **Simbiose humana e ambiental**

Esta categoria diz respeito à conciliação simbiótica entre homem e meio ambiente, de forma recíproca e não perversa. Além das propriedades “a terra é um bem indispensável à vida” e “a água é um bem indispensável à vida”, integram a categoria “simbiose humana e ambiental” as propriedades “conotação positiva em relação à produção agroecológica”, “em relação à produtividade da agricultura camponesa”, “em relação a um estilo de trabalho artesanal” e “em relação à pequena propriedade”.

A agrofloresta é um sistema de agricultura que considera a terra um ser vivo. Todas as vidas dependem dessa vida [terra]. Se esta vida aqui está na UTI [Unidade de Terapia Intensiva], onde é que nós estaremos já que dependemos dela? O que a gente come, o que a gente bebe, o ar que a gente respira, a roupa que se veste, tudo depende de como está a terra. Eu trabalho aqui, em um hectare de terra. Cerca de treze mil quilos de alimentos que a gente consegue produzir é justamente em um hectare de terra, além dessa grande diversidade de plantas que existe. Nesse sistema de agricultura, a gente aprende tudo com a natureza. Se você começar a observar, você vai ter um monte de coisas, um grande aprendizado. Se você afastar a folhagem ali e foliar o solo, você vê uma diferença muito grande daquele solo ali para este solo aqui. (Agricultor).

Neste relato, destacamos os seguintes elementos relacionados à agricultura alternativa (agrofloresta): respeito à natureza e relação mútua entre homem e meio ambiente (MERRILL, 1983). Tais imaginários enaltecem uma valorização que está além da mera exploração dos recursos naturais. Segundo Flores e Misoczky (2015, p. 247):

Em depoimentos de pessoas que vivem a experiência de privações causadas pelo agronegócio [...] se encontram evidências de que nas lutas pela defesa de seus meios de vida, as vítimas da espoliação realizam, a partir de uma concepção de bem comum, uma crítica ontológica das relações capitalistas. Essa concepção se constitui em uma afirmação ético-prática enraizada na materialidade de suas vidas e na história de seus antepassados, em suas culturas, tradições e conhecimentos. As práticas mais antigas de produção de alimentos, de lidar com a terra e com a água retornam na tentativa de substituir e ultrapassar a relação destrutiva capitalista.

No trecho a seguir, destacamos a propriedade “independência”. Ela está relacionada a um estilo de vida que possibilita a liberdade de escolha. O agricultor consciente da dependência gerada pelos insumos externos passa a utilizar recursos naturais encontrados próximos ao lugar de cultivo dos alimentos, ou até mesmo aqueles que não exigem tanto investimento financeiro, a exemplo dos adubos naturais (ALTIERI; NICHOLLS, 2005).

250

A gente controla as ervas daninhas [...] com a lâmina d’água. A gente não agride a natureza e ela também não agride o ambiente, porque todos nós viemos de uma luta por uma conquista da terra, com a socialização do uso dos recursos naturais. Então, de nada adianta nós conquistarmos esses recursos naturais, que são a terra, a natureza e a água, e não cuidarmos deles. (Agricultor).

A propriedade “senso de coletividade” está inserida na categoria “simbiose humana e ambiental” e fundamentada na experiência a seguir:

Nós visitamos comunidades, por exemplo, em transição agroecológica. [...] há uma cooperativa de jovens que faz da apicultura uma atividade altamente compatível com o semiárido. Tem uma forma coletiva de trabalhar que é de partilha, de crescimento do grupo. Tem uma relação com a natureza que é muito bonita. Eles falam, por exemplo, do trabalho que a abelha tem de refazer os alvéolos da colmeia. Por isso, eles se sentem motivados a

cuidar muito da colmeia quando eles vão extrair o mel, de forma que eles possam devolver esses alvéolos íntegros, para não dar tanto trabalho assim às abelhas, levando em conta que elas já cuidam tanto deles, já trabalham tanto para eles e já produzem mel. Quer dizer, é outra concepção de relação com a natureza. (Pesquisadora).

Neste trecho, podemos visualizar uma concepção sobre a natureza que diz respeito a uma relação benéfica e também respeitosa. Naves e Reis (2017, p. 320) afirmam que os sujeitos defensores da agroecologia buscam contestar, alterar e desmistificar “visões conservadoras e hegemônicas sobre relações sociais e de produção, tanto no campo quanto na cidade, bem como sobre educação, saúde, tecnologia e política.” Portanto, a experiência dos sujeitos acerca da agroecologia revela estímulos à colaboração e à coletividade. Isso pode resultar na libertação das injustiças a que o homem está submetido (ALKON; AGYEMAN, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do documentário “O Veneno está na Mesa 2” revelou que o agronegócio é percebido como um catalisador que gera “exclusão à justiça e à equidade”, uma “lógica reprodutiva de injustiças” e “tensão social e ambiental”. Quanto à percepção dos sujeitos dessa obra fílmica sobre a agroecologia, observamos “simbiose humana e ambiental”. Confrontando tais achados com as discussões encontradas em Ioris (2018b), mormente as três primeiras categorias deste trabalho, trazemos à tona o paradigma da inserção do agronegócio brasileiro no mercado externo e sua inclinação ao agro-neoliberalismo. Inserção essa justificada por discursos governamentais e empresariais nada ingênuos (coloca-se ênfase no crescimento populacional, escassez de recursos e fome catastrófica em vez de considerar questões de pobreza e desigualdade) (IORIS, 2018b). Assim, mantêm-se “fluxos de lucro e ganhos privados, mesmo que isso aconteça ao preço de relações alienadas, mas ainda profundamente ecológicas.” (IORIS, 2018b, p. 15). Ainda segundo este autor, essas contradições permitem o agronegócio na atualidade tacitamente destruir os bens comuns (incluindo os componentes materiais e culturais dos ecossistemas) e transformar drasticamente locais e regiões conforme as pressões anti-políticas de homogeneização, exploração e mercantilização.



Com relação à quarta categoria (simbiose humana e ambiental), destacamos a atuação de movimentos sociais no Brasil ligados à agroecologia e suas lutas permanentes pela proteção da biodiversidade e pelo fomento da justiça social (COSTA *et al.*, 2017). Isso revela-se crucial ao estabelecimento de formas organizativas que pensam além da sustentabilidade econômica – travestida de ideologias prejudiciais ao desenvolvimento da nossa sociedade.

Este trabalho contribui para o campo dos EOC em termos metodológicos e epistemológicos. Primeiro: ao empregarmos a técnica AVO na análise do documentário em questão, foi possível compreender a construção da resistência ao agronegócio, que se baseia na denúncia às injustiças socioambientais decorrentes de uma lógica que visa acumulação privada de capital à custa da saúde e da vida. Segundo: ao discutirmos temas pertinentes à sociedade (o uso massivo de agrotóxicos, por exemplo), fortalecemos um plural de vozes marginalizadas das decisões políticas que orientam o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Portanto, apontamos a necessidade de discutir alternativas ao modelo de agricultura convencional e meramente capitalista.

Esperamos que este trabalho permita uma reflexão voltada às necessidades e interesses da maioria, pois, “além de pesquisadores, também somos cidadãos e, como tais, precisamos questionar o papel do conhecimento que estamos produzindo no estabelecimento de políticas sociais, na luta por uma sociedade mais democrática.” (BARBOSA *et al.*, 2013, p. 647). Pensar no coletivo tem o mesmo significado que empoderar os marginalizados e os oprimidos (DUSSEL, 1977), e, assim sendo, tornar possível o estabelecimento de práticas que respeitem o homem e encorajem a preservação do meio ambiente. Conscientizada sobre os desafios<sup>8</sup> enfrentados pelo sistema agroalimentar hegemônico, a sociedade é capaz de transformar a forma como o alimento é produzido, distribuído e comercializado.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-Cadernos CES**, n. 17, p. 164-183, 2012.

<sup>8</sup>O fornecimento de comida acessível e segura a todos, a diminuição das importações de alimentos e do êxodo rural, a equalização das assimetrias de poder ao longo das cadeias agroalimentares (BELLAMY; IORIS, 2017) etc.

ALKON, A. H.; AGYEMAN, J. Conclusion: cultivating the fertile field of food justice. In: \_\_\_\_\_. (Eds.). **Cultivating Food Justice: race, class, and sustainability**. Londres: The MIT Press, 2011. p. 331-348.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. Cidade do México: United Nations Environmental Programme; Environmental Training Network for Latin America and the Caribbean, 2005.

AMENI, C. Liberação de agrotóxicos e Anvisa: o que pede a bancada ruralista para votar a reforma da previdência. **De Olho nos Ruralistas**, 19 fev. 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/19/liberacao-de-agrotoxicos-e-anvisa-o-que-pede-bancada-ruralista-para-votar-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

AMSTEUS, M. N. The validity of divergent grounded theory method. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 13, n. 1, p. 71-87, 2014.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Agrotóxico, herbicida e pesticida**. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/resultado-de-busca?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-1&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher\\_%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=2861541&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=219201&\\_101\\_urlTitle=agrotoxico-erbicida-e-pesticida&inheritRedirect=true](http://portal.anvisa.gov.br/resultado-de-busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_101_struts_action=%2Fasset_publisher_%2Fview_content&_101_assetEntryId=2861541&_101_type=content&_101_groupId=219201&_101_urlTitle=agrotoxico-erbicida-e-pesticida&inheritRedirect=true)>. Acesso em: 29 mar. 2018.

253

ASSIS, W. F. T.; FRANCO, S. H. R. Coloniality in the appropriation of nature: agrofuel production, dependency, and constant primitive accumulation in the periphery of capitalism. **Latin American Perspectives**, v. 45, n. 5, p. 35-51, 2017.

BARBOSA, M. A. C. et al. Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em administração: alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 636-651, 2013.

BELLAMY, A. S.; IORIS, A. A. R. Addressing the knowledge gaps in agroecology and identifying guiding principles for transforming conventional agri-food systems. **Sustainability**, v. 9, n. 3, p. 1-17, 2017.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 30, p. 1-21, 2011.

\_\_\_\_\_. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296 p.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Brasília, DF, 11 jul. 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Brasília, DF, 11 jul. 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)>. Acesso em:

29 ago. 2018.

BÚRIGO, A. C. et al. A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia. In: CARNEIRO, F. F. et al. (Orgs.). **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 414-547.

BUSCH, L. The private governance of food: equitable exchange or bizarre bazaar? **Agriculture and Human Values**, v. 28, n. 3, p. 345-352, 2011.

CADIEUX, K. V.; SLOCUM, R. What does it mean to do food justice? **Journal of Political Ecology**, v. 22, p. 1-26, 2015.

CALLON, M.; MÉADEL, C.; RABEHARISOA, V. The economy of qualities. **Economy and Society**, v. 31, n. 2, p. 194-217, 2002.

CAMPANHA permanente contra os agrotóxicos e pela vida. **Sobre**. 2018. Disponível em: <<http://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrototoxicos-e-pela-vida/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CANDIOTTO, L. Z. P. Organic products policy in Brazil. **Land Use Policy**, v. 71, p. 422-430, 2018.

CHUMBITA, H. Fundamentos para los estudios organizacionales: aportes del pensamiento crítico suramericano. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 390-401, 2015.

CLARKE, N. et al. The spaces and ethics of organic food. **Journal of Rural Studies**, v. 24, n. 3, p. 219-230, 2008.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 41-69, 2013.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. V. C. A questão dos agrotóxicos rompe os limites da ética da preservação da saúde e da vida. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 117, p. 346-353, 2018.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTA, M. B. B. et al. Agroecology development in Brazil between 1970 and 2015. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 276-295, 2017.

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação**. Tradução Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

EL-KADY, A. A.; ABDEL-WAHHAB, M. A. Occurrence of trace metals in foodstuffs and their health impact. **Trends in Food Science & Technology**, 2018.

ESTEVE, E. V. **O Negócio da Comida: quem controla nossa alimentação?** Tradução Omar Rocha. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FACHIN, P. A fome no Brasil é uma das facetas das desigualdades. Entrevista especial com Francisco Menezes. **IHU – Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/570090-a-fome-no-brasil-e-uma-das-facetas-das-desigualdades-entrevista-especial-com-francisco-menezes#>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FACUNDO, M. Entenda a polêmica em torno do “PL do Veneno”, que vem mobilizando artistas e grupos ambientais. **O Povo**, Fortaleza, 17 maio 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/05/entenda-a-polemica-do-pl-do-veneno-que-tramita-na-camara.html>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; MEUCCI, R. D. Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. **Neurotoxicology**, v. 45, p. 355-362, 2014.

FIGUEROA, S. K. The grounded theory and the analysis of audio-visual texts. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2008.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 73, p. 237-250, 2015.

FONTE, M.; CUCCO, I. Cooperatives and alternative food networks in Italy: the long road towards a social economy in agriculture. **Journal of Rural Studies**, v. 53, p. 291-302, 2017.

FONTOURA, Y.; NAVES, F. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 329-347, 2016.

FUCHS, D.; KALFAGIANNI, A. Discursive power as a source of legitimation in food retail governance. **The International Review of Retail, Distribution and Consumer Research**, v. 19, n. 5, p. 553-570, 2009.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GELLER, N. Um ano excepcional para a agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, ano 26, v. 4, p. 3-6, 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. 3. ed. Boca Ratón: CRC Press/Taylor & Francis Group, 2015.

GOMES, M. A. F.; BARIZON, R. R. M. **Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011**. 1. ed. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2014.

GONZALEZ, R. A. Going back to go forwards? From multi-stakeholder cooperatives to open

cooperatives in food and farming. **Journal of Rural Studies**, v. 53, p. 278-290, 2017.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. K. Alternative food networks. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (Eds.). **International encyclopedia of human geography**. Oxford: Elsevier, 2008. p. 208-220.

GOULART, S; MISOCZKY, M. C. A. A produção de álcool combustível no Brasil: reorganização do capital e superexploração do trabalho ou vamos nos jogar onde já caímos... tudo novo de novo... In: MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Eds.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: DaCasa, 2010. p. 185-208.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CENTRO ANDINO DE ACCIÓN POPULAR (CAAP); CENTRO LATINOAMERICANO DE ECOLOGÍA SOCIAL (CLAES) (Eds.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP; CLAES, 2009. p. 187-225.

\_\_\_\_\_. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, v. 18, p. 1-18, 2013.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da educação no campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 57-65.

HOLT-GIMÉNEZ, E. Food security, food justice, or food sovereignty? Crises, food movements, and regime change. In: ALKON, A. H.; AGYEMAN, J. (Eds.). **Cultivating Food Justice: race, class, and sustainability**. Londres: The MIT Press, 2011. p. 309-330.

256

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Você Não Quer Mais Respirar Veneno”**: as falhas do Brasil na proteção de comunidades rurais expostas à dispersão de agrotóxicos. Nova Iorque, 2018. Disponível em:  
<[https://www.hrw.org/sites/default/files/report\\_pdf/brazil0718port\\_web2.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0718port_web2.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2018.

IORIS, A. A. R. Cracking the nut of agribusiness and global food insecurity: in search of a critical agenda of research. **Geoforum**, v. 63, p. 1-4, 2015.

\_\_\_\_\_. Seeding a narrow future and harvesting an exclusionary past: the contradictions and future scenarios of agro-neoliberalism in Brazil. **Futures**, v. 95, p. 76-85, 2018a.

\_\_\_\_\_. The politics of agribusiness and the business of sustainability. **Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 1-21, 2018b.

KNEAFSEY, M. et al. Short food supply chains and local food systems in the EU: a state of play of their socio-economic characteristics. **JRC Scientific and Policy Reports**, n. 25911, 2013.

KOTHARI, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: alternatives to sustainable development and the green economy. **Development**, v. 57, n. 3-4, p. 362-375, 2014.

LAABS, V. et al. Pesticides in surface water, sediment, and rainfall of the northeastern Pantanal basin, Brazil. **Journal of Environmental Quality**, v. 31, n. 5, p. 1636-1648, 2002.

LAPPÉ, F. M. et al. **World Hunger: 12 myths**. 2. ed. Nova York: Grove Press, 1998.

LINCOLN, Y. S.; LYNHAM, S. A.; GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences, revisited. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011. p. 97-128.

MACHADO, D. Q.; MATOS, F. R. N.; MESQUITA, R. F. O poder da linguagem fílmica. In: MATOS, F. R. N.; MESQUITA, R. F.; MACHADO, D. Q. (Orgs.). **Estudos observacionais em linguagem fílmica ética e poder**. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 9-14.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agropecuária puxa o PIB de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Superávit de US\$ 81,86 bilhões do agronegócio foi o segundo maior da história**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/superavit-de-us-81-86-bilhoes-do-agronegocio-foi-o-segundo-maior-da-historia>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MARTINEZ-ALIER, J. et al. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by environmental justice organizations. **Journal of Political Ecology**, v. 21, p. 19-60, 2014.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MERRILL, M. C. Eco-agriculture: a review of its history and philosophy. **Biological Agriculture & Horticulture**, v. 1, n. 3, p. 181-210, 1983.

MISOCZKY, M. C. A. Desenvolvimento: conflitos sócio-ambientais e perspectivas em disputa. In: MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Eds.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: DaCasa, 2010. p. 153-183.

MISOCZKY, M. C. A. World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. **Organization**, v. 18, n. 3, p. 345-363, 2011.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Quantidade de agrotóxico comercializado por classe de periculosidade ambiental**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/11294-quantidade-de-agrotoxico>>. Acesso em: 14 set. 2018.

NAVES, F.; REIS, Y. Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 309-325, 2017.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. 2. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2007.

PAES DE PAULA, A. P. et al. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, 2010, p. 10-23.

PAULINO, E. T. The agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use Policy**, v. 36, p. 134-144, 2014.

PELAEZ, V. M. et al. A (des) coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 14, p. 153-178, 2015.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Orgs.). **É Veneno ou é Remédio?** agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 21-42.

PICOLI, F. Do extrativismo ao agronegócio das monoculturas de mercado na Amazônia norte mato-grossense. **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 1, n. 2, 2011, p. 298-303.

PIMENTEL, D. et al. Environmental and economic costs of pesticide use. **BioScience**, v. 42, n. 10, p. 750-760, 1992.

PIRES, D. X.; CALDAS, E. D.; RECENA, M. C. P. Uso de agrotóxicos e suicídios no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 598-605, 2005.

258

POTTS, S. G. et al. Global pollinator declines: trends, impacts and drivers. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 25, n. 6, p. 345-353, 2010.

ROSSI, R. Atividades educativas contra o agronegócio. **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, n. 1, 2016, p. 144-156.

SCHMITT, C. et al. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la agroecología. In: SABOURIN, E. et al. (Orgs.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe**. Porto Alegre: Red PP-AL; FAO, 2017. p. 73-122.

SCHMITZ, J.; HAHN, M.; BRÜHL, C. A. Agrochemicals in field margins: an experimental field study to assess the impacts of pesticides and fertilizers on a natural plant community. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 193, p. 60-69, 2014.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M. N.; ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v. 1, n. 1, p. 3.1-3.20, 2016.

SHIVA, V. **Who Really Feeds the World?** the failures of agribusiness and the promise of agroecology. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

SRI. SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO. **Balança comercial do**

**agronegócio:** novembro/2017. Brasília, 2017. Disponível em:  
<<http://www.agricultura.gov.br/noticias/soja-em-graos-bate-recorde-em-volume-exportado-para-os-meses-de-novembro>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research:** techniques and procedures for developing Grounded Theory. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998.

TENDLER, S. **O Veneno Está na Mesa 2.** Brasil, 2014. (70min). Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=VkUCmXn22II>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

TILZEY, M. Reintegrating economy, society, and environment for cooperative futures: Polanyi, Marx, and food sovereignty. **Journal of Rural Studies**, v. 53, p. 317-334, 2017.

VAN DER WERF, H. M. G. Assessing the impact of pesticides on the environment. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 60, n. 2-3, p. 81-96, 1996.

VISWAMBHARAN, A. P.; PRIYA, K. R. Documentary analysis as a qualitative methodology to explore disaster mental health: insights from analysing a documentary on communal riots. **Qualitative Research**, v. 16, n. 1, p. 43-59, 2016.

WELCH, C. A. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. **Revista Nera**, n. 6, p. 35-45, 2012.

WESSELING, C. et al. Agricultural pesticide use in developing countries: health effects and research needs. *International Journal of Health Services*, v. 27, n. 2, p. 273-308, 1997.

Recebido em: 27.04.2018

Aprovado em: 08.12.2018